

**O DISCURSO SOBRE O CEGO E A CEGUEIRA EM MATÉRIAS
JORNALÍSTICAS DA MÍDIA IMPRESSA**

Leonora DE LUCA
(Orientadora): Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

RESUMO: Nossa pesquisa tem por objetivo estudar o discurso sobre o cego e a cegueira tal como ele se materializa em textos jornalísticos da mídia impressa. Para tanto, foram selecionadas vinte matérias versando sobre o tema, estampadas em jornais e revistas, abrangendo os anos de 1990 a 2007 e obedecendo a uma separação entre dez matérias da área de saúde e dez matérias sobre inclusão social. Até o presente momento (1º semestre de 2008), a pesquisa pôde constatar um processo de silenciamento do sujeito cego neste discurso jornalístico, perceptível na predominância de matérias voltadas para o tratamento quantitativo da problemática do cego e da cegueira no Brasil.

Palavras-chave: lingüística aplicada; análise de discurso; discurso jornalístico; mídia impressa; cegueira ou deficiência visual.

Objetivo da Pesquisa

Nossa pesquisa tem por objetivo estudar o discurso socialmente produzido sobre o cego e a cegueira, tal como ele se materializa e é posto em circulação num conjunto textual específico, constituído por matérias jornalísticas versando sobre o tema, estampadas em jornais e revistas da mídia impressa.

Pretende-se ainda compreender e analisar os mecanismos que presidem esse discurso, discutindo-se quais são os processos sociais e de linguagem que determinam o apagamento e o silenciamento do sujeito cego no discurso jornalístico. Este tipo de anulação, constatada numa abordagem preliminar dos dados, continua a funcionar como hipótese norteadora de nossa pesquisa (conforme exposto adiante, na ANÁLISE DE DADOS).

Tendo estabelecido ainda, para fins analíticos, uma separação entre *matérias de saúde* e *matérias de inclusão* que abordam o tema, pudemos, com o avançar da pesquisa, matizar nossas análises, passando a estudar semelhanças e diferenças efetivas no tratamento do assunto.

Outro objetivo de nossa pesquisa corresponderia à possibilidade de relacionar nossas descobertas com os dados cronológicos referentes às formações discursivas que estiveram ou ainda estão em jogo no momento de produção dessas matérias jornalísticas, compreendidas entre os anos de 1990 e 2007.

Justificativa

Os significados da cegueira estão presentes no imaginário social desde tempos remotos. Em elaborações de caráter depreciativo, vemos o cego e a sua deficiência serem associados à mendicância e à marginalização social. Mas, de acordo com a tradição cristã, é também possível constatar a associação da cegueira a um infortúnio, sua instalação equivalendo a um mal de conseqüências devastadoras. Na Bíblia, por exemplo, existem várias passagens que associam a idéia das “trevas da cegueira” com estados malignos e com a localização subterrânea dos infernos – sendo o cego, conseqüentemente, identificado como alvo de um castigo ou de uma provação extrema imposta pela divindade.

Em versões de conotação mais positiva, o cego e a cegueira despertam sentimentos de admiração, desde que o indivíduo afetado comprove sua capacidade de superar as enormes dificuldades impostas pela deficiência e consiga alcançar realizações importantes no plano pessoal ou profissional. Enquadra-se neste caso o reconhecimento de personalidades prodigiosas como a intelectual norte-americana, cega e surda, Helen Keller (1880-1968), transformada em conferencista de fama internacional – também sendo notório o exemplo de alguns deficientes visuais que apresentam excepcional aptidão para a música ou, mais recentemente, para a prática de modalidades esportivas adaptadas.

Além disso, sobretudo a partir de meados do século XIX, nota-se um incremento da preocupação social com a educação do cego: surge, então, o revolucionário método de transcrição alfabética criado por Louis Braille (1809-1852) e multiplicam-se (especialmente na Europa e nas Américas) as instituições educacionais voltadas para alunos cegos. Vale ressaltar, aliás, o pioneirismo do Brasil nessa área, pois já em 1854 Pedro II determinava o estabelecimento de um Imperial Instituto de Meninos Cegos – entidade que assumiria, a partir de 1891, a denominação de Instituto Benjamin Constant; esta instituição, sediada no Rio de Janeiro, encontra-se em funcionamento contínuo há mais de um século e meio.

Esse imaginário social sobre a cegueira, bem como os acontecimentos históricos a ele associados, cristalizam-se em diversos tipos de discurso: o discurso religioso, o discurso médico sobre a cegueira (comumente relacionada à idéia de doença), o discurso educacional (envolvendo, nas discussões mais atuais, a problemática da educação especial e inclusiva), o discurso legal (relativo às disposições constitucionais sobre a deficiência e suas interpretações normativas no discurso jurídico) – e, mais contemporaneamente, o discurso da responsabilidade social e da inclusão.

Apesar disto, quando procedemos a um levantamento bibliográfico preliminar, constatamos que as pesquisas e os livros produzidos sobre o tema do cego e da cegueira raramente estão ancorados numa abordagem discursiva. Daí o nosso interesse em estudar o *discurso sobre o cego e a cegueira*, partindo de sua configuração em textos de jornais e revistas, pois acreditamos que, além do próprio enquadramento lingüístico às limitações determinadas pelos padrões jornalísticos, nele encontraremos ecos dos diversos discursos acima mencionados.

Metodologia de Pesquisa

Utilizamos como metodologia de pesquisa o *paradigma indiciário*, conforme definido pelo historiador Carlo Ginzburg; em nossa abordagem, a coleta e a interpretação de indícios voltou-se para a busca de “pistas” expressas no âmbito da linguagem, capazes de nos encaminhar para o desvendamento dos processos de significação envolvendo o tema do cego e da cegueira.

No caso específico de matérias jornalísticas impressas, esses indícios, essas marcas que servem de guia para o intérprete de fenômenos da linguagem são mais facilmente identificáveis nos títulos e subtítulos das manchetes, escolhidos com a finalidade de resumir o conteúdo das matérias, bem como de atrair a atenção dos leitores para a leitura do texto como um todo. Por esta razão, julgamos ser interessante e produtivo realizarmos um esforço de concentração de nossas análises nos conteúdos lingüísticos e discursivos dessas manchetes.

Quadro Teórico

O quadro teórico ao qual nos remetemos delinea-se, portanto, pelas contribuições da Análise de Discurso – que se configura como um campo de conhecimento voltado para a compreensão de “como os textos significam” e de “como os objetos simbólicos produzem sentidos”. Estamos procedendo à descrição e à interpretação dos textos jornalísticos *em seu funcionamento*, isto é, em sua capacidade de produzir e reproduzir significados acerca do cego e da cegueira.

Considerando que em nossa análise preliminar (ver ANÁLISE DE DADOS) a questão do apagamento e do silenciamento do sujeito cego emergiu como um dado relevante para a caracterização do universo discursivo a ser estudado, estamos concedendo maior atenção à *noção de sujeito*, tal como é descrita e conceitualizada pelos autores da Análise do Discurso.

No entanto, a fim de compreender o modo pelo qual este silenciamento do sujeito cego se produz, é preciso também deslindar as *formações discursivas* no interior das quais esses processos de anulação se efetivam.

Análise de Dados

O material analisado até o presente momento compõe-se de matérias jornalísticas que tematizam o cego e a cegueira, pertencentes ao acervo pessoal da pesquisadora. Essas matérias abrangem o universo de jornais cotidianos da imprensa local (campineira), da imprensa da capital paulista, de um jornal universitário (da Unicamp) e de periódicos nacionais da área de divulgação médica, em edições publicadas entre 1990 e 2007.

Deste conjunto, selecionamos 20 reportagens divididas em dois conjuntos temáticos bem diferenciados: um grupo de 10 “Matérias sobre Saúde” e um outro grupo de 10 “Matérias sobre Inclusão”, que assim foram agrupadas justamente a partir de “indícios” que permitiram identificar sua aproximação temática e lingüística.

Para o primeiro desses grupos, das “Matérias sobre Saúde”, detectamos três conjuntos de temas relevantes (relacionados às *causas* da cegueira, à *prevenção* da cegueira e ao *tratamento* da cegueira) e a recorrência de um léxico específico, no qual se registra, de modo geral, a alternância da referência à “cegueira” (na acepção médica do termo) e à “deficiência visual” (acepção comum) associada a outras particularidades vocabulares – envolvendo o uso de palavras ou expressões como “visão”, “saúde ocular”, “doenças oculares”, “infecção”, “reabilitação visual”, e assim por diante.

Já no caso das “Matérias sobre Inclusão”, a subdivisão temática recobre a problemática da “reabilitação do cego” (entendida como readaptação do cego tanto na vida diária como no cotidiano escolar e profissional) e “acessibilidade” (compreendendo a adaptação de espaços e de materiais para o uso do deficiente visual). O léxico presente neste outro conjunto de reportagens também apresenta especificidades, configurando um outro glossário: “cego”, “portador de deficiência visual”, “deficiente visual”, “adaptação”, “necessidades”, “preconceitos”, “dificuldades”, “recuperação”, “aceitação”, “participação”, “inclusão”, “socialização”, “autonomia”, “auto-estima”, etc.

Mas, para além das diferenças entre os dois segmentos de matérias (Saúde e Inclusão), constatamos a semelhança de um procedimento discursivo que tende a realizar a exclusão do sujeito cego como produtor de um discurso sobre si mesmo e sobre a cegueira.

Essa exclusão pode ser notada, de imediato, se considerarmos o gênero discursivo predominante entre as matérias selecionadas: tratam-se, em sua maioria (tanto no caso das matérias de saúde quanto nas matérias de inclusão), de “notícias”, isto é, de textos comprometidos com o fornecimento de informações precisas, objetivas e pontuais sobre o assunto; de modo que, por suas próprias características discursivas, o gênero “notícia” não favorece uma reflexão mais ampla, um aprofundamento crítico ou mesmo a constituição de vários sujeitos discursivos, de várias “vozes” (dentre as quais poderia estar o próprio cego) sobre a problemática do cego e da cegueira.

Ademais, observamos que muitas das matérias selecionadas se preocupam em fornecer *dados quantitativos* sobre a situação do cego no Brasil, determinando que o discurso se estruture em informações estatísticas no caso de ambas as vertentes (Saúde e Inclusão).

Nas matérias da área médica, esse tratamento generalizante e quantificador se revela no modo de redigir manchetes que se referem ao número de deficientes visuais atendidos por instituições especializadas, como verificamos no enunciado: “Penido já atendeu 850 mil em 70 anos” – matéria do jornal *Diário do Povo* (01/06/1990) versando sobre a quantidade de pacientes atendidos no Instituto Penido Burnier de Campinas desde sua inauguração; nessa estatística incluem-se pacientes do setor de oftalmologia, deficientes visuais aí contabilizados, e do setor de otorrinolaringologia.

A quantificação preside também o discurso reconhecível em manchetes que mensuram a escassez de doadores e enfatizam a existência de um grande contingente de deficientes visuais que estão à espera de um transplante de córnea para a recuperação da visão: “Faltam córneas para 30 mil pessoas no país” – matéria da *Folha de S. Paulo* (06/05/1993). A preponderância de algumas causas de cegueira no Brasil também é numericamente mencionada: “Catarata deixa 150 mil cegos” – matéria igualmente publicada pela *Folha*, naquela mesma data.

Da mesma forma, através da análise do discurso presente nas manchetes e no corpo dos textos jornalísticos estudados, foi possível perceber como esse esforço de “combate à cegueira” é descrito nos termos de um embate – embate que envolveria um numeroso batalhão de médicos e outros profissionais de saúde em confronto com um conjunto de pacientes acometidos por doenças oculares. Este tipo de construção discursiva está particularmente evidenciado na matéria intitulada “Guerra aberta contra a cegueira: campanha mobiliza 2 mil oftalmologistas em todo o país”, publicada no *Jornal da Unicamp* do mês de julho de 1996, na qual encontramos as seguintes formulações:

“Os oftalmologistas *hastearam a bandeira* em defesa da saúde ocular da população [...]. Afinal cerca de 1,4 milhão de brasileiros têm visão insuficiente

para trabalhar, dirigir automóvel ou simplesmente para caminhar sozinho.” (grifo nosso)

É interessante observar, no exemplo acima, como a menção a uma *bandeira* e a alusão à heróica combatividade dos médicos acaba conferindo um caráter “patriótico” a essa luta. Desse trecho se depreende ainda uma certa definição de deficiência visual, que está aí caracterizada como a incapacidade de realização de certas tarefas – como “trabalhar”, “dirigir automóvel” ou “caminhar sozinho”.

Embora de maneira mais discreta, o discurso quantificador também se apresenta nas matérias sobre inclusão. Um exemplo disto ocorre na redação da notícia do jornal *Correio Popular* (30/05/2004) intitulada “Aumenta o número de cegos em salas de aula: crianças portadoras de deficiência visual têm mais acesso à rede de ensino oficial na região de Campinas, segundo pesquisa.” No corpo desse texto, o “número” citado na chamada da notícia será melhor explicitado para o leitor:

“O número de alunos portadores de deficiência visual matriculados em escolas com salas de aula comuns aumentou 57,6% – saltou de 189 para 298 – na região de Campinas em 2002 com relação ao mesmo período em 2001.”

Assim, quando os dados quantitativos se sobressaem e as informações qualitativas são relegadas a um segundo plano, as possibilidades de valorização da individualidade e da constituição do sujeito cego, como depoente e emitente de um discurso original, acabam sendo deslocadas por um discurso sobre o cego e a cegueira que a eles se referem em termos de coletividade numérica e homogeneizada.

Nas matérias de saúde, o apagamento do sujeito cego também é feito pela forma indireta de alusão, dando-se preferência a menções que caracterizam a “cegueira” e não o “cego”, isto é, o sujeito portador desta deficiência. Nas matérias de inclusão, constatam-se referências que procedem à objetificação do portador de deficiência visual, quer pela utilização de menções ao cego em terceira pessoa, quer pela subordinação deste às instituições que se dedicam à sua educação e reabilitação.

Conclusão

Até o estágio atual de nossa pesquisa constatamos uma tendência ao silenciamento dos sujeitos portadores de deficiência visual, realizado pelo discurso jornalístico da mídia impressa. Esse silenciamento se revela, de maneira mais imediata, no próprio gênero discursivo das matérias jornalísticas estudadas: como dissemos, predominam aí as “notícias”, mais objetivas e

pontuais, em detrimento de reportagens mais aprofundadas sobre o tema do cego e da cegueira.

Em termos de estruturação do discurso, é também relevante a preponderância de um tratamento generalizante e quantificador, determinando que, na maioria das matérias jornalísticas estudadas, se identifique uma maior preocupação com o fornecimento de informações quantitativas, de caráter estatístico, do que com uma abordagem de aspectos qualitativos envolvendo a problemática dos sujeitos portadores de deficiência.

Além disso, no caso específico das matérias de saúde, esse silenciamento dos sujeitos se exprime sob a forma de um deslocamento – deslocamento resultante da utilização de menções indiretas à “cegueira”, ao invés da referência aos “cegos” propriamente ditos, isto é, aos sujeitos portadores de deficiência visual. Já nas matérias de inclusão, observa-se o apagamento do sujeito (que é raramente mencionado de modo direto) feito pela sua subordinação às instituições que se dedicam à sua educação e reabilitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, A. R. de (1982). “Imperial Instituto de Meninos Cegos”. *A Assistência Médica Hospitalar no Rio de Janeiro no Século XIX*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, p. 85-86.
- AUGÉ, P. (1951). “Braille, Louis”. Verbete da enciclopédia *Larousse du XXe. Siècle*. Larousse, Paris, vol. I, p. 841.
- BRANDÃO, H. H. N. (1995). *Introdução à Análise do Discurso*. 4ª ed., Editora da Unicamp, Campinas.
- CABRAL, L. C. L. (1999). “A Fundamentação Civil-Constitucional dos Direitos dos Deficientes”. *Revista Benjamin Constant* (publicação quadrimestral do Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro), edição nº 13.
- DINIZ, D. (2007). *O que é Deficiência*. Editora Brasiliense, São Paulo. Vol. 324 da Coleção Primeiros Passos.
- GINZBURG, C. (2003). “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. Trad. de Federico Carotti. 2ª ed., Companhia das Letras, São Paulo, p. 143-179.
- KELLER, H. (1949). *A História da Minha Vida*. Trad. de J. Espínola Veiga. 4ª ed., Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- MACHADO, C. de P. (2007). *A Designação da Palavra Preconceito em Dicionários Atuais*. Dissertação de mestrado orientada por Eduardo Guimarães, IEL-Unicamp.
- MEGID, C. M. (2004). *As Questões Sociais no Governo Lula: uma análise dos discursos da ‘Folha de São Paulo’ e do ‘Estado de São Paulo’*. Relatório final de pesquisa de iniciação científica orientada por Carmen Zink Bolognini. IEL-Unicamp, Campinas.
- ORLANDI, E. P. (2005). *Análise do Discurso: princípios & procedimentos*. 6ª ed., Pontes Editores, Campinas.
- ORLANDI, E. P. (2007). *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed., Pontes Editores, Campinas.

- ORLANDI, E. P. (2004). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª ed., Pontes Editores, Campinas.
- ORLANDI, E. P. (1987). *A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso*. 2ª ed., Pontes Editores.
- THOMAS, H. e THOMAS, D. L. (1959). "Helen Keller". *Vidas de Mulheres Célebres*. Trad. de Antônio Acauã. 4ª ed., Editora Globo, Porto Alegre.